

UPP: modelo autoritário que precisa ser repensado

DIREITOS Para pesquisadora **SÔNIA FLEURY**, a parte social da UPP é um fracasso

Gilka Resende
do Rio de Janeiro (RJ)

"A UPP ficou nisso: um braço militar de amplos poderes", avalia Sônia Fleury, que coordena o Programa de Estudos da Esfera Pública, da FGV. A cientista política participa do evento "5 anos de 'Pacificação': reflexões sobre segurança pública, militarização e controle das cidades", que acontece nesta quinta-feira (28) e na sexta-feira (29), durante todo o dia, no auditório 51 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Confira a entrevista, concedida ao Brasil de Fato por telefone.

Brasil de Fato - Você pesquisa favelas com UPPs. Poderia fazer um balanço dessa política?

Sônia Fleury - Ela parecia ser uma política sustentável, mas começou a mostrar dificuldades. Por exemplo, o caso Amarildo apontou que a Secretaria de Segurança do Rio não consegue controlar a sua própria polícia. Supunha-se que seria garantida a chamada pacificação. Mas a UPP ficou nisso: um braço militar de amplos poderes, com baixo controle da sociedade sobre ele. É preciso repensar essa política.

Como fica o acesso aos direitos nessas áreas?

A UPP tem três eixos: a segurança, a questão urbana e o social. A primeira tem muitos problemas. Sobre as obras, as decisões são tomadas sem se levar em conta as necessidades locais. Não foi à toa que moradores da Rocinha foram protestar na porta do governador. Eles não queriam o teleférico, que atende mais aos turistas, e sim que se cuidasse da vala. Querem saneamento básico, acabar com os ratos. Então, a parte social da UPP é um fracasso total. Não foram envolvidas as áreas de saúde e educação pública.

Até pouco tempo, as UPPs não eram ou eram muito pouco criticadas na mídia comercial. O que fez isso mudar?

As manifestações mostraram para a classe média, que estava muito satisfeita com a chamada pacificação, a brutalidade da polícia. Ocorriam mortes em favelas, e continuaram existindo, só que não se tinha um apelo. Elas não apareciam ou apareciam sem a devida repercussão. O caso Amarildo foi diferente porque ocorreu no bojo dos protestos. As ruas deram visibilidade. A pergunta 'Onde está o Amarildo?' se transformou em um emblema de luta por democracia.

"Onde está o Amarildo?" se transformou em um emblema de luta por democracia

Depois, houve a morte do jovem Paulo Roberto, de Maginhos, em que policiais da UPP são suspeitos. Esse e o caso Amarildo te surpreenderam?

Não. Infelizmente, o modelo de UPP permite isso. É uma ocupação fortemente armada diante de uma população civil. Se o policial for "bonzinho", pode não acontecer nada. Se não for, também não há a quem recorrer. É um modelo que determina toque de recolher, faz revista em moradores, autoriza ou não festas. Não é democrático, é de autoritarismo. A possibilidade de ele ser usado de forma violenta por uma polícia, que não é preparada para outra coisa que não seja reprimir as classes populares, é grande.

“

A UPP determina toque de recolher, revista moradores, autoriza ou não festas. Não é democrática, é autoritária

Essa seria a "violência institucional" mencionada por você em debates e textos?

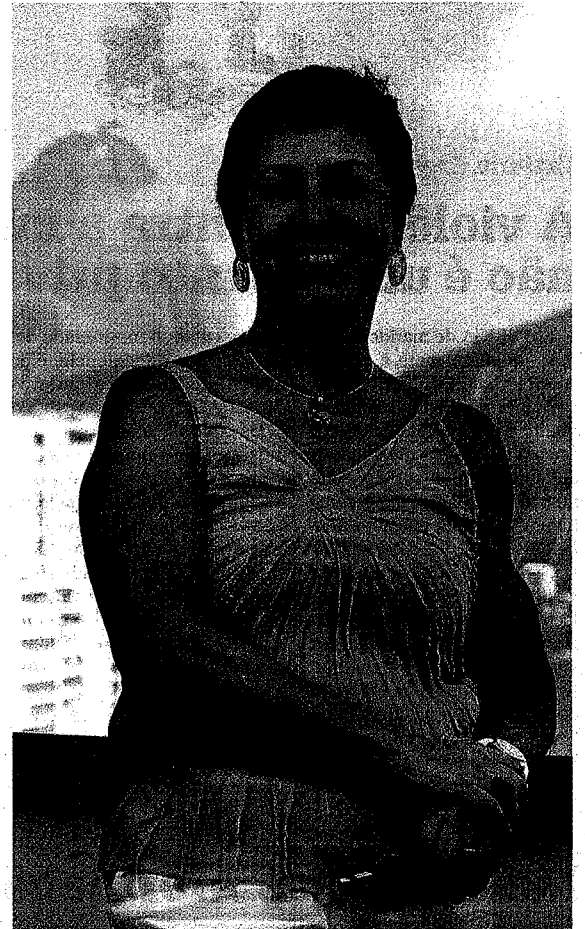
Não só. Vamos pensar em um bem público sob uma concessão privada: no ônibus. Ele não costuma passar no horário. Não para ou, ainda, dá uma freada violenta que faz um idoso cair e quebrar a bacia. Isso é uma violência institucional, assim como passar a madrugada à espera de atendimento no hospital. Há um conjunto de violências presente no cotidiano da população.

Com a UPP, houve a saída de mercados informais e a chegada de formais, inclusive de grandes franquias. O que ocorreu?

Essa regularização, digamos assim, foi forte e imediata. Nem todos puderam arcar com os custos de vida de uma economia formalizada, ficando difícil continuar morando nessas áreas. Cabe ressaltar que as pessoas estão pagando por tributos, mas estão tendo poucos benefícios. Por vezes, os serviços seguem precários. É como querer que essa população tenha deveres, mas sem ter seus direitos assegurados.

Hoje são mais de 30 UPPs pelo Rio. Poderia explicar como se dá a escolha dos locais?

Até o momento, foi muito em função da Copa do Mundo e das



Para Sônia, UPP é um braço militar de amplos poderes sem controle social

Olimpíadas. As pessoas, para além das que moram em favelas, não têm participado das decisões envolvendo os jogos. Elas são tomadas em gabinetes, entre governantes e empresários. E as UPPs também estão ligadas à ideia de vender a cidade, como se ela fosse mercadoria.

Por vezes, quando movimentos sociais e organizações de direitos humanos tecem críticas às UPPs, surgem visões como: 'parece que querem a volta do poder do tráfico'. Como responder a isso?

Não só movimentos e organizações. Se eu, como cientista, faço uma análise crítica, também sou acusada. Você fica entre a cruz e a caldeirinha. Porém, essa opção 'violência do tráfico' ou 'violência policial' é uma armadilha. É claro que a população acha bom não viver em meio aos tiroteios. Mas há uma necessidade de se democratizar os espaços de periferia, onde a polícia faz o que bem quer. Trata-se de estender os direitos da cidadania a qualquer comunidade, tendo ela ou não uma UPP. É isso.